O Valor da Cidade, entre o Centro e as Margens

Maria Assunção Gato

Doutorada em Antropologia Cultural e Social. Investigadora de Pós-Doutoramento no DINÂMIA'CET.

Partindo do conceito de Valor

À semelhança de outros bens de consumo utilizados para identificar, diferenciar e negociar pertenças sociais entre indivíduos e grupos, também os espaços residenciais que suportam as suas vivências quotidianas podem ser entendidos enquanto bens identificadores e legitimadores de pertenças sociais através de componentes de índole valorativa e diferenciadora. Não obstante a tendente preponderância do sistema de valorização económica sobre o sistema de valorizações sociais e de uso nas cidades contemporâneas, a complementaridade entre ambos é um facto que importa compreender e explorar, nomeadamente através de processos de (re)vitalização urbana.

No seu sentido mais lato, o conceito de valor refere-se a construções ideológicas ou representações culturais sobre qualidades imputadas a indivíduos, a objetos ou, sobre o que é desejável, bom ou apropriado para a vida dos indivíduos ou das sociedades. Incorporado nessas construções ou representações está não só uma polissemia linguística que obsta a uma compreensão unívoca da palavra, como também uma série de juízos - morais, éticos, sociais, económicos, culturais – que servem de crivo às ações dos indivíduos, das sociedades, dos espaços e dos objetos.

Como tal, o conceito de valor envolve uma multiplicidade de dimensões e uma fluidez que deriva do facto das sociedades, enquanto realidades dinâmicas, terem a capacidade de ir transformando as ações, os comportamentos, os juízos, os conceitos e o respetivo entendimento que se faz sobre todos esses elementos. Acresce ainda o facto das principais dimensões apresentarem contrastes significativos quanto a perspetivas e critérios valorativos, métodos de avaliação e medição, componentes suscetíveis de serem avaliadas ou medidas, etc.

No âmbito da Economia, a noção de valor surge frequentemente indissociável da moeda e do papel institucional que ela detém enquanto suporte do mercado e de todo o sistema de trocas. Assim entendido, o valor parece conferir à Economia uma existência não só mais independente dos contextos sociais e culturais que afetam as sociedades e os mercados, como também lógicas de valorização muito objetivas e autónomas relativamente a esses contextos. Já na ótica das ciências sociais, a noção de valor continua a ter dificuldades em se libertar de lógicas subjetivas e incomensuráveis que procuram ajuizar sobre os comportamentos, as ações e as emoções dos indivíduos, quer pessoal quer coletivamente. Contudo, nem a Economia enquanto ciência se pode alhear da sua estreita ligação às ciências sociais, nem a moeda e os valores económicos que ela representa são indissociáveis da totalidade social que os produz (Orléan, 2011).

Aplicando o conceito de valor ao espaço urbano é possível distinguir as duas grandes dimensões: i) a dimensão económica, no âmbito da qual os espaços urbanos se convertem em bens transacionáveis num mercado através do dinheiro, produzidos e comercializados de acordo com determinados custos e com vista a alcançar certos benefícios, utilidades ou lucros; ii) a dimensão social que, repartindo-se por fatores de ordem estética, ética, identitária, cultural, simbólica e histórica, não é passível de uma quantificação objetiva. Entretanto, ao invés de esse facto lhe retirar expressividade na avaliação do espaço, não só contribui para a sua valorização através da inteligibilidade de dinâmicas relacionais, materiais e identitárias próprias, como justifica certos comportamentos do mercado.

Feito este introito, pode-se dizer que tanto os processos de vitalização urbana, como os processos que visam recuperar vitalidades perdidas perseguem um balanço equilibrado entre as duas dimensões. Contudo, nem esse equilíbrio é facilmente alcançável, nem as fórmulas de produção e de relação urbana envolvendo espaços, pessoas e atividades se mantêm estáticas ao longo dos tempos. Acresce ainda o facto de os valores que se vão associando aos espaços urbanos serem também "oportunistas" – na medida em que surgem na conjugação de determinadas oportunidades de transformar, melhorar ou promover – e legitimadores, de apropriações e pertenças sociais, sejam elas originais ou em recomposição.

Valores na Lisboa Contemporânea

De acordo com Lefebvre (1986, 2012), o espaço urbano que é produzido em cada época temporal resulta de um sistema de valorizações sociais e de uso apoiado em fatores internos e de natureza qualitativa, bem como de um sistema de valorização económica e de troca, apoiado em fatores externos e de natureza essencialmente quantitativa. Em simultâneo, ambos os sistemas são afetados pelas transformações e categorizações espaciais que vão sendo produzidas pelos diferentes agentes sociais, ao mesmo tempo que fomentam essas mesmas categorizações, espacial e socialmente.

Acontece que a cidade contemporânea, enquanto produto de um sistema capitalista, é cada vez mais produzida pelo mercado, para um mercado e visando a obtenção de lucro. Na perspetiva de Lefebvre (2012), a preponderância do valor

Imagem 1
Fotografia aérea da zona do Poço do Bispo, lado oriental do Porto de Lisboa. 1950. Arquivo Municipal de Lisboa, N60883.

económico em detrimento de valores sociais e humanos acentuou desigualdades sociais, retirou democraticidade no acesso à cidade, reduziu a diversidade social e fragmentou o espaço urbano de acordo com uma hierarquia de lugares categorizados, tanto em termos económicos como em termos sociais.

Não escapando ao sistema capitalista, será que a cidade de Lisboa consegue escapar a estes traços caracterizadores da produção e consumo urbanos da contemporaneidade?

Por um lado, a performance económica e financeira do mercado imobiliário, suportada em boa parte pela iniciativa privada, tem impactos notórios ao nível de um acesso menos interclassista à cidade, na medida em que ajuda a fragmentar e a categorizar os respetivos fragmentos espaciais de acordo com uma hierarquização socialmente dirigida e diferenciadora.

Mas por outro lado, essas mesmas categorizações também contribuem para a (re)vitalização da cidade como um todo, ainda que através de uma rede de lugares específicos.

Desta forma, assiste-se a uma espécie de *ranking* valorativo de espaços urbanos, seja pelas experiências de consumo e imagens promocionais que se criam em torno deles, seja pelos grupos sociais e estilos de vida a eles associados, ou ainda pela dimensão simbólica envolvendo a autenticidade das formas de habitar e as suas identidades singulares. Neste contexto, os processos de *gentrificação* (Smith, 2002; Lees, 2003; Authier e Bidou-Zachaniasen, 2008) e de nobilitação urbana (Rodrigues, 2010) podem ser entendidos, simultaneamente, como causa e consequência desses novos valores que se vão atribuindo aos espaços urbanos. Com efeito, não só a reestruturação económica e social observada em diversos pontos de Lisboa – como a reconversão de antigas áreas industriais em áreas residenciais, a promoção de novas centralidades ou a reabilitação de modelos sociais e identitários de residencialidade – potenciou mudanças notórias ao nível dos residentes que os procuram, como estes residentes acabam por protagonizar novas dinâmicas que lhes acrescentam valor, tanto económico como social, cultural e simbólico.

Não obstante a componente discricionária e de injustiça social que lhe está subjacente (Fainstein, 2010), verifica-se que o acesso privilegiado de novas classes médias urbanas a determinados espaços residenciais do centro da cidade de Lisboa tem vindo a criar diversas "oportunidades" de valorização e apropriação.

Para além do valor simbólico da centralidade e da sua estreita ligação ao poder económico e político, existe nesta atracão pelo centro a expectativa de conciliar estilos de vida urbanos - e em constante reajustamento a novos consumos culturais e aos movimentos criativos que os promovem – com ambientes mais tradicionais e autênticos, quer em termos de modelos residenciais, quer nas formas de os habitar.

Em contraponto ao centro, em certas margens da cidade também é possível verificar o surgimento de novas espacializações com valores acrescidos e que, concorrendo com o centro pelas mesmas novas classes médias urbanas, afirmam-se através de modelos de residencialidade mais contemporâneos e consentâneos com uma qualidade de vida que contrasta com a da cidade tradicional.

Na ausência do valor simbólico da centralidade, estes espaços de margem recorrem a outras componentes de diferenciação para afirmarem as suas particularidades e legitimarem uma posição recentrada face à cidade. Os valores de mercado pré-determinam os residentes, que não tendo de se confrontar com processos de *gentrificação*, constituem grupos sociais mais homogéneos e padronizados nas formas de habitar.

Assumindo como pressuposto de partida que existe uma equivalência entre determinados espaços centrais e de margem relativamente ao custo do alojamento e ao estrato socioeconómico capaz de o suportar, ficam por perceber muitos outros valores que participam das escolhas residenciais das novas classes médias urbanas – assumindo igualmente que se trata de um grupo com características sociais relativamente homogéneas - e da forma como elas se relacionam com o espaço para justificarem não só essas escolhas, como também as pertenças sociais.

Com vista a avançar um pouco no entendimento de alguns desses valores e respetivo contributo em termos de (re) vitalização urbana, propõe-se uma triangulação comparativa[1] entre três espaços predominantemente residenciais da cidade de Lisboa: o Príncipe Real enquanto centro que estabelece um compromisso entre um ambiente urbano tradicional com alguma sofisticação e estilos de vida mais *gentrificados*; Telheiras enquanto urbanização de margem que procura recentrar-se através das particularidades de um ambiente social e urbano construído ao longo de décadas; o Parque das Nações enquanto a margem física e simbólica mais recente e mais excêntrica na cidade de Lisboa.

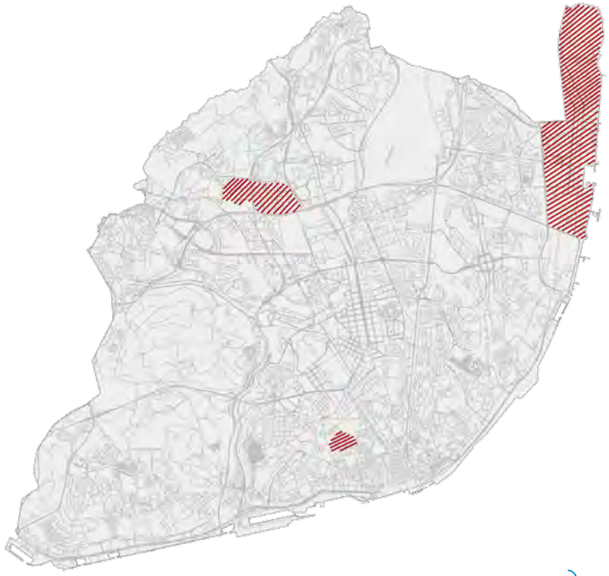

Imagem 2
Mapa de Lisboa com as três zonas em estudo. Ana Gil, 2014. Câmara Municipal de Lisboa, levantamento aerofotogramétrico de 1998 com atualizações parciais.

Um centro e duas margens em comparação

O Príncipe Real, Telheiras e o Parque das Nações correspondem a três espaços urbanos com contextos históricos distintos e que oferecem modelos de residencialidade igualmente diferenciados, não obstante as equivalências que se podem estabelecer entre a caracterização socioeconómica dos residentes e as ditas "novas classes médias urbanas"[2]. Enquanto produto da escolarização, da democratização e da urbanização (Estanque, 2012), as novas classes médias foram, simultaneamente, as maiores impulsionadoras desses processos e, consequentemente, de importantes transformações sociais[3]. Neste contexto interpretativo, as escolhas residenciais vêm-se envolvidas num conjunto de valores que remetem para as representações sociais dos indivíduos e que não só refletem o seu posicionamento face a uma estrutura social, como também participam do entendimento da realidade e das narrativas das suas práticas de vida.

Tendo por base as narrativas em torno das escolhas residenciais ligadas aos três territórios urbanos em análise, pretendeu-se perceber como é que os residentes entrevistados percecionam o seu espaço de residência e que tipo de valores lhe associam. Foram igualmente recolhidas as opiniões relativamente aos outros dois territórios para complementar a análise comparativa. Através das entrevistas sobressaíram dois valores que são partilhados entre os três territórios e que são relacionáveis entre si: o valor da centralidade e o valor da qualidade de vida. A estes dois valores juntou-se um terceiro – o valor das identidades - que embora não tendo sido convocado diretamente pelas narrativas dos entrevistados, é inteligível na forma como eles se apropriam do seu espaço de residência e no conteúdo dos discursos sobre o mesmo. Nestas identidades estão contempladas quer as identificações e demarcações sociais, quer as pertenças e apropriações espaciais, dada a existência de um laço indissociável entre os sentimentos de pertença a um grupo social e o seu território (Silvano, 1997).

O valor da Centralidade

Para os seus residentes, o Príncipe Real representa o verdadeiro centro da cidade, quer em termos históricos, quer sobretudo em termos das dinâmicas de vida urbana e cultural que ali se geram. Tudo acontece no Príncipe Real, que também oferece todo o tipo de comércio e serviços necessários ao quotidiano dos residentes, com a enorme vantagem de se poder alcançar tudo a pé: dos jardins às escolas, dos transportes aos espaços de cultura e lazer, passando por uma grande diversidade de espaços comerciais sobre os quais se faz notar alguma sofisticação.

Em contraponto, tanto Telheiras como o Parque das Nações correspondem a espaços periféricos relativamente à cidade e que nada representam em termos de centralidade.

Para quem vive em Telheiras, a centralidade é um valor que tem vindo a ser conquistado ao longo dos anos. A chegada da rede de metropolitano em 2002 e os novos eixos rodoviários de circulação entretanto construídos contribuíram bastante para uma recentração geográfica de Telheiras face à cidade de Lisboa. Mas mais significativo do que a ideia de se poder aceder ao Centro em poucos minutos - apesar de se estar numa ponta da cidade - parece ser o reconhecimento partilhado entre os residentes de certas características que têm vindo a conferir àquele território um ambiente de bairro.

Com efeito, em Telheiras o valor da centralidade decorre de um "efeito de meio"[4], que em boa parte, foi sendo construído intensionalmente por muitos residentes, enquanto mantinham uma observação atenta e participada sobre o desenvolvimento do plano urbanístico. Uma vez este

Imagem 3
Mapa de Lisboa com rede de metropolitano. Ana Gil, 2014. Camara Municipal de Lisboa, levantamento aerofotogramétrico de 1998 com atualizações parciais.

processo concluído, mantiveram-se redes sociais e sinergias que conseguem criar dinâmicas culturais e de participação cívica muito próprias[5]. Em paralelo, tanto a rede diversificada de comércio local como a existência de equipamentos sociais (como escolas, biblioteca, equipamentos desportivos) também contribuem para que os residentes considerem que têm tudo no seu bairro, à semelhança dos residentes do Príncipe Real, que têm tudo porque estão no centro da cidade.

Sobre o Príncipe Real, os residentes de Telheiras consideram que se trata de um espaço central em Lisboa, com algumas áreas mais interessantes do que outras em termos de "vistas" sobre a cidade e o Tejo. No entanto, a centralidade geográfica também implica problemas acrescidos, como excesso de pessoas, de trânsito, de ruído e poluição, ao que se somam as dificuldades no estacionamento. Quanto ao Parque das Nações, além de não ser nada central, é um território que, não obstante a proximidade ao Tejo, não apresenta outras vantagens comparativamente a Telheiras.

 O Parque das Nações será o território mais marginal face ao centro geográfico de Lisboa, mas não deixa de ser a "nova centralidade" mais representativa da cidade contemporânea e cujas características urbanísticas excecionais lhe conferem um papel privilegiado enquanto cenário para múltiplos eventos, programas de ficção, promoções turísticas, etc..

A eficácia das ações de *marketing* territorial - que tanto têm promovido o Parque das Nações no contexto urbano local como em contextos internacionais - ressoa nos discursos dos seus residentes. Estes, não só se sentem parte integrante de um novo conceito de "centro" devido à ideia de excecionalidade e inovação que o caracteriza, como têm, de facto, um acesso privilegiado a equipamentos de transporte mais especiais (como o aeroporto ou a gare intermodal do Oriente) e a espaços de cultura e lazer únicos (como o Oceanário, o Pavilhão Atlântico, o Casino de Lisboa ou o Pavilhão do Conhecimento, além de todo o espaço púbico envolvente). Como tal, não trocavam a sua "nova centralidade" pelo centro histórico da cidade e, uma vez chegados a um espaço residencial de elevado prestígio, também não faria sentido a "despromoção" que Telheiras representa.

O Valor da Qualidade de Vida

A qualidade de vida não existe enquanto valor único, objetivo e mensurável. Trata-se antes da conjugação de condições subjetivas e incomensuráveis - que se prendem com a perceção dos sujeitos sobre os seus espaços, vivências, necessidades básicas e grau de satisfação das mesmas – com condições *objetivas* e *mensuráveis* – como será o caso do nível de desenvolvimento económico, social e cultural atingido por um determinado território urbano (Furuseth e Walcott, 1990).

Apesar de não existir pontos de equilíbrio otimizados entre as condições objetivas e subjetivas que permitam avaliar a qualidade de vida oferecida pelos territórios em análise, verifica-se entre todos os entrevistados uma tendência generalizada para considerar que o atual espaço de residência corresponde a um ideal em termos da qualidade de vida alcançada. Começando pelo exemplo do Príncipe Real, a qualidade de vida decorre da condição de centralidade do próprio território e das vantagens da mesma em termos das rotinas quotidianas. Contudo, enquanto alguns residentes recorrem a essas rotinas para se distinguir de grupos mais populares e cujos comportamentos observados e tidos como menos apropriados[6] colidem com a qualidade – sobretudo social – do Príncipe Real, outros entendem que a partilha do espaço com esses residentes de categorias socioeconómicas

Imagem 04
Estrada de Telheiras.
José Vicente, 2014.
CML/DMC/DPC.

mais baixas é a garantia de residir num espaço com "carácter", com "alma" e que representa a cidade autêntica. Neste caso, a possibilidade de aceder a algumas redes de vizinhança também corresponde a ter (mais alguma) qualidade de vida. Por este ponto de vista, tanto Telheiras como o Parque das Nações não atraem, quer devido à ausência da "alma" e da autenticidade que caracteriza as relações sociais e de vizinhança entre as pessoas que habitam o centro, quer devido às excessivas densidades construtivas e outros excessos consequentes - pessoas, movimento, circulação, automóveis, etc.. Como tal, a qualidade de vida que poderá existir naqueles dois territórios não é comparável com a do Príncipe Real, onde as (baixas) densidades percebidas não coincidem com as que são comumente associadas aos centros das cidades.
Em Telheiras, a qualidade de vida é indissociável de todas as componentes que conferem uma expressão de centralidade à urbanização que se fez "bairro". É óbvio que a qualidade do plano urbanístico e dos espaços públicos justifica e amplia a convicção de que se vive com qualidade em Telheiras. Mas o valor acrescentado acaba por ser o reconhecimento do contributo dado pela existência de um ambiente social próprio e que faz a "diferença", comparativamente a outras urbanizações, eventualmente com mais qualidade, como é o caso do Parque das Nações. Quanto ao Príncipe Real, consideram os residentes de Telheiras que apenas alguns privilegiados conseguem aceder a condições de habitabilidade com qualidade, pelo que a maioria sofrerá com os vários problemas que são próprios dos centros urbanos, nomeadamente, a falta de espaço.
No Parque das Nações, a qualidade de vida surge associada à funcionalidade e às características excecionais de um espaço que, não deixando de estar integrado em Lisboa, oferece condições que não são, habitualmente, associadas à cidade[7]. Resume-se tudo à "magia" de um lugar que, contrariando o ambiente urbano, remete para um espaço de férias. Assim entendido, nenhum espaço em Lisboa consegue concorrer pela mesma qualidade de vida que ali é oferecida.

O Valor das Identidades

À semelhança do que se verificou com os valores da centralidade e da qualidade de vida, também os valores que remetem para referenciais identitários - por via das pertenças sociais e das apropriações espaciais - apresentam especificidades em cada um dos três espaços analisados. Neste tópico Telheiras é o que menos se destaca. A maior parte dos atuais residentes ainda são os iniciais, continuando a caracterizar-se pela grande homogeneidade socioeconómica devida aos elevados graus de escolaridade[8]. Se por um lado, cerca de três décadas de permanência no mesmo espaço contribuem para a sedimentação de laços identitários e de pertença face ao mesmo, por outro, a relativa estabilização social conjugada com a homogeneidade terá um efeito atenuador de eventuais demarcações sociais internas.
Em contraponto, o Parque das Nações encobre várias demarcações sociais e identitárias por detrás de uma mesma unidade territorial que, em termos socioeconómicos, é igualmente homogénea[9]. A nível interno e até à integração de todo o território numa freguesia única do concelho de Lisboa, no final de 2012[10], a pertença ao concelho de Lisboa ou ao concelho de Loures era uma questão de grande relevância para os residentes, sobretudo para os que pertenciam a Loures e consideravam que isso entrava em contradição com o prestígio social que retiravam do facto de residirem no Parque das Nações.
Paralelamente, a pertença à zona norte ou à zona sul também remete para identidades sociais diferenciadas e que tanto se apoiam em valores do mercado imobiliário, como em valores de prestígio associados à marina e sua envolvência. Junta-se a todos estes elementos diferenciadores a localização da residência face ao rio, com clara promoção social dos que vivem na primeira linha.
Relativamente ao confronto com o espaço exterior, o Parque das Nações já funciona enquanto unidade territorial e sobressai entre os residentes uma partilha identitária particularmente focada em estabelecer diferenças face aos visitantes, cujas características se opõem ao autorretrato construído pelos residentes[11].
Os entrevistados residentes no Príncipe Real correspondem à categoria de *gentrificadores*, desenvolvendo para com o espaço do qual se apropriaram um natural sentido de pertença. Enquanto para alguns isso equivale a uma partilha natural do espaço com os residentes "originais" mas que não vai além disso, outros desenvolvem algumas estratégias de evitamento face a essa "originalidade". A existência de comércio local socialmente dirigido aos "novos" residentes e as distintas tipologias de clientes que se distribuem pelos diversos espaços de consumo

Imagem 5
Jardim Professor Antonio de Sousa Franco. José Vicente, 2014. CML/DMC/DPC.

reflete essas estratégias, algo paradoxais face à escolha de viver num espaço com "alma", autenticidade e socialmente mais heterogéneo[12] que os outros dois. No fundo, o confronto necessário com os residentes "originais" é também um custo a pagar por todas as vantagens de estar no centro e num espaço que é distinto, bem frequentado, prestigiante e cosmopolita.
Este sentido de "pertença seletiva" (Watt, 2009) surge nos discursos dos residentes do Príncipe Real e do Parque das Nações, ainda que com contornos algo distintos. Enquanto no Príncipe Real existe um processo de *gentrificação* inerente às composições identitárias e às estratégias de partilha espacial, o Parque das Nações resulta de uma seletividade social prévia e que tem de se confrontar permanentemente com a quantidade e diversidade dos visitantes. Numa posição mais neutra fica Telheiras, onde a seletividade social também fez parte do projeto urbanístico. Porém, a maturidade do mesmo traduzida numa forte homogeneidade social e a ausência de confrontos com o exterior contribuem para o reforço de uma identidade social coletiva mais liberta de efeitos discricionários.

Imagem 6
Passeio do Tejo, Parque das Nações. José Vicente, 2013. CML/DMC/DPC

Conclusão

Na Lisboa contemporânea é possível reconhecer a fragmentação espacial e a respetiva categorização dos lugares de acordo com uma hierarquização baseada na conjugação de múltiplos fatores, como a localização geográfica e o contexto histórico, o grupo social de residentes, modelos de residencialidade e formas de habitar, dinâmicas culturais e ambiente urbano, etc.. Por um lado, essa categorização dos espaços urbanos resulta da preponderância do valor económico no âmbito do mercado imobiliário e dos efeitos discricionários junto dos residentes que conseguem aceder ao mercado. Por outro, os valores sociais, culturais e simbólicos associados aos espaços continuam a ter a maior relevância, quer na produção urbana, quer na avaliação e escolha dos espaços de residência.
É um facto que os processos de *gentrificação* e nobilitação urbana estão a promover mudanças sociais significativas no centro da cidade, com algum prejuízo dos grupos socioeconómicos mais desfavorecidos. Mas também é verdade que, no âmbito dessas mudanças, são geradas novas dinâmicas – culturais, sociais, de consumo – que podem contribuir para a revitalização do centro. Em contraponto, os espaços de margem, e socialmente categorizados *à priori,* revelam graus de vitalidade urbana completamente distintos. Apesar de não estarem sujeitos aos mesmos processos de mudanças sociais, de estarem mais centrados sobre si próprios e apostados em manter as características que os definem, também se observa nos espaços de margem alguma intolerância face à diversidade social que vem de fora.
Para além das localizações geográficas e outras condicionantes decorrentes das mesmas, a análise comparativa entre os três casos escolhidos permitiu perceber que a valorização dos próprios espaços de residência em detrimento de outros é um aspeto transversal a todos os entrevistados, assim como os principais valores que justificam a opção tomada, não obstante as diferenças entre eles. É óbvio que esta constatação não pode ser unicamente atribuída ao facto de se estar perante "novas classes médias urbanas" e que, à semelhança de outros bens de consumo, fazem um uso social e simbolicamente distintivo dos seus espaços de residência. No entanto, o protagonismo que se lhes atribui em termos de força criativa não é alheio aos valores de uso que transferem para os espaços que as identificam, nem às diversas dinâmicas que visam torná-los mais distintivos.

Imagem 7
Praça do Príncipe Real. Judah Benoliel, C. 1940.
Arquivo Municipal de Lisboa, JBN003658.

Notas

1 Esta comparação resulta de um trabalho de investigação ainda em fase de desenvolvimento, baseado em quinze entrevistas em profundidade a residentes nos três espaços em análise, selecionados de acordo com a amostragem em "bola de neve" (Burgess, 1997).

2 As novas classes médias urbanas derivam, essencialmente, de recomposições sociais resultantes de transformações diretamente relacionadas com a forma como os recursos educacionais e económicos têm vindo a ser incorporados pelas sociedades urbanas contemporâneas, igualmente classificadas como pós-industriais e pós-modernas. Como transformações mais relevantes aponta-se a utilização dos recursos económicos alcançados em bens de consumo que visam a diferenciação social, a autorrepresentação e a demarcação em termos de trajetórias de vida. Em Portugal, as novas classes médias urbanas correspondem a grupos sociais mais escolarizados por via do processo de democratização do ensino, mas não necessariamente aos que detêm maior capacidade económica. A sua consolidação está estreitamente vinculada ao projeto democrático de 1974 e a alterações profundas na estrutura do emprego e dos perfis socioprofissionais, com especial destaque para a terciarização e para um forte crescimento nas categorias socioprofissionais de topo, designadamente (e por ordem de predominância), Profissionais Técnicos e de Enquadramento, Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais, Trabalhadores independentes.

3 Um exemplo é a sua capacidade criativa em termos de produção simbólica de significados sociais. Bourdieu (1979) terá sido um dos primeiros autores a fazer referência aos "novos intermediários culturais" e respetivas influências exercidas ao nível da disposição estética. Outros autores (Featherstone, 1991; Bovone, 1997; Lury, 1997) complementam esse entendimento, definindo as "novas classes médias urbanas" enquanto um conjunto de profissionais que se ocupam da produção de bens e serviços simbólicos e partilham um modo de trabalhar que permite alguma inovação mas, acima de tudo, partilham uma cultura ou um modo de vida que constitui uma identidade distintiva face a outros fragmentos de classe.

4 Segundo Costa (2009), o bairro é o lugar que propicia a circulação de informação e a difusão de inovação e criatividade gerando, por esta via, um 'efeito de meio', particular e observável através de um conjunto de características que lhe são atribuídas.

5 Como exemplo refira-se o papel dinamizador que a Associação de Moradores de Telheiras (ART) continua a desenvolver, através de múltiplas atividades lúdicas, culturais e formativas para grupos etários muito diversificados; o Movimento de Transição que tendo como fonte de inspiração uma rede internacional comprometida com as questões ambientais e de sustentabilidade, agrega um grupo de residentes em Telheiras que vai desenvolvendo ações locais de sensibilização ambiental e outras relacionadas, como é o caso da horta comunitária ou do mercado de produtos biológicos.

6 Como é o caso da deposição de lixo em locais indevidos, a forma como se conversa entre vizinhos ou entre familiares, a forma como por vezes se apresentam na rua.

7 É o caso da limpeza e da qualidade do espaço público, da calma e do sossego, da possibilidade de andar de bicicleta e a pé à beira-rio ou da segurança.

8 De acordo com dados extraídos dos Censos 2011, 52% da população residente em Telheiras possui grau de ensino superior e 46% desempenha profissões enquadradas no terceiro sector de atividade.

9 Segundo dados extraídos dos Censos 2011, 53% da população residente no Parque das Nações possui grau de ensino superior e 50% desempenha profissões enquadradas no terceiro sector de atividade.

10 Lei nº56/2012, de 8 de Novembro.

11 Ao contrário dos residentes, os visitantes são vistos como pessoas pouco cuidadas na sua imagem pessoal, com pouca instrução, pouco discretos na maneira de falar e com alguns comportamentos cívicos recriminâveis, como deitar lixo no chão.

12 Segundo os dados dos Centros 2011, 31% da população residente no Príncipe Real possui grau de ensino superior e 32% desempenha profissões enquadradas no terceiro sector de atividade.

Bibliografia

Autier, J-I., & Bidou-Zachaniasen, C. (2008). La question de la gentrification urbaine. *Espaces et Sociétés*, nº 132-133, p.13-21.

Bourdieu, P. (1979). *La Distinction: Critique sociale du jugement*. Paris: les éditions de Minuit.

Bovone, L. (1997). Os Novos intermediários culturais. In C. Fortuna (org.), *Cidade, cultura e globalização.* Oeiras: Celta.

Burguess, R. G. (1997). *A Pesquisa de terreno: Uma introdução*. Oeiras: Celta.

Costa, P. (2009). *Bairro Alto-Chiado: Efeitos de meio e desenvolvimento sustentável de um bairro cultural*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Estanque, E. (2012). *A Classe média: Ascensão e declínio*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Fainstein, S. (2010). *The just city*. London: Cornell University Press.

Featherstone, M. (1991). *Consumer culture and postmodernism*. London: Sage Publications.

Furuseth, O., & Walcott, A. (1990). «Defining quality of life in North Caroline». *The Social Science Journal*, vol. 27(1), p.75-93.

Lees, L. (2003). Super-Gentrification: the case of Brooklyn Heights, New York City. *Urban Studies*. vol. 40 (12), p.2487-2509.

Lefebvre, H. (1986). *La Production de l'espace*. Paris: Anthropos.

Lefebvre, H. (2012). *O Direito à cidade*. Lisboa: Letra Livre.

Lury, C. (1997). *Consumer culture*. Cambridge: Polity Press.

Órlean. A. (2011). *L'empire de la valeur. Refonder l'économie.* Paris: Le Seuil.

Rodrigues, W. (2010). *Cidade em transição. Nobilitação urbana, estilos de vida e reurbanização em Lisboa*. Lisboa: Celta.

Silvano, F. (1997). *Territórios da identidade*. Oeiras: Celta.

Smith, N. (2002). New Globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy. *Antípode,* vol. 34 (3), p.427-450.

Watt, P. (2009). Living in an oasis: middle-class disaffiliation and selective belonging in an English suburb. *Environment and Planning*, 41, p. 2874-2892.

Censos 2011, Instituto Nacional de Estatística.

Lei nº56/2012, de 8 de Novembro. Assembleia da República. Lisboa.